

22 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

As razões do impeachment

CLAUDIO LAMACHIA

Pedaladas fiscais e intenção
de beneficiar aliado, entre
outros fatores, motivaram
apoio quase unânime da OAB
a processo contra presidente

Um amplo processo de consulta democrática à advocacia terminou na semana passada, quando os conselheiros federais da OAB, eleitos pelo voto direto dos quase 1 milhão de advogados do país, concluíram que o processo de impeachment da presidente da República tem o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil. Essa é a opinião técnico-jurídica da maior entidade representativa da advocacia no Brasil.

As razões do impeachment, elencadas em detalhado e extenso voto lido em uma sessão extraordinária do Conselho Federal da OAB, não incluem as polêmicas escutas de conversas telefônicas entre a presidente e seu antecessor. Levam em consideração, por exemplo, as pedaladas fiscais, as renúncias fiscais ilegais em favor da Fifa e a intenção de beneficiar um aliado, alvo de investigação judicial, atribuindo-lhe as prerrogativas de ministro de Estado.

Durante meses, a sociedade esperou um posicionamento da Ordem dos Advogados sobre o impedimento. Nesse período, a entidade estudou atentamente a questão. Integrantes do Conselho Federal e das OABs estaduais analisaram o assunto. O resultado desse minucioso trabalho foi uma decisão final quase unânime, mostrando o quão unida a classe está em torno da conclusão.

Antes que o assunto fosse levado para a plenária nacional, 24 das 27 seccionais da ordem organizaram suas próprias reuniões. Todas concluíram ser necessária a abertura do processo de impeachment da atual chefe do Executivo.

Quando se reuniu o conselho federal, com a presença dos 81 conselheiros federais (três por Estado e Distrito Federal), mais uma vez o entendimento quase unânime foi favorável ao impeachment. Essa foi a posição de 26 das 27 bancadas, cada uma representando sua unidade federativa.

A Constituição é clara em seu artigo 85. Ocorre crime de responsabilidade quando o presidente da República atenta contra a Carta Magna. O mesmo crime existe quando o mandatário máximo do país pratica atos contra o livre exercício de algum dos Poderes, contra a probidade na administração, contra a lei orçamentária ou contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

O relatório aprovado pelo conselho pleno da OAB cita ainda infrações à lei 1.079/50, que inclui entre os crimes de responsabilidade a infração de normas legais no provimento de cargos públicos e o transporte ou excesso, sem autorização legal, das verbas do orçamento.

A sociedade tem, agora, uma resposta consistente da Ordem dos Advogados do Brasil, baseada em fatos e leis. A entidade não renunciará ao papel de protagonista nesse processo, defendendo a posição tomada pela classe.

Ao mesmo tempo, a OAB cumprirá sua função, estabelecida pela Constituição, de guardião dos direitos e garantias do cidadão. Agirá como fiscal da legalidade, cobrando o cumprimento dos ritos e o respeito ao devido processo.

É preciso garantir à presidente da República ampla defesa e o devido processo legal. Assim fez a própria Ordem dos Advogados quando concedeu tempo de fala ao advogado geral da União, que representou a presidente na sessão.

A OAB se manterá vigilante aos possíveis abusos e ilegalidades cometidos no processo de apuração dos escândalos em curso no país. Já foi criada, inclusive, uma comissão para analisar a legitimidade de escutas feitas em telefones de advogados, divulgadas nos últimos dias. Não vamos admitir grampos em conversas entre advogados e seus clientes.

Adotaremos todas as medidas necessárias para responsabilizar quem tenha autorizado tais ilegalidades, caso comprovadas. Combater o crime praticando-se outro crime é um desvio de rumo que certamente vai tirar do Brasil a chance ímpar, vivida neste momento, de caminhar em direção a um futuro melhor.

CLAUDIO LAMACHIA, 54, é presidente nacional da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

22 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

MARCELO FREIXO

Impeachment

Faço uma apologia ao diálogo. O mundo não pode ser dividido em coxinhas e petralhas. Não ergamos muros. Muros são surdos e podem soterrar a democracia.

Não é possível que as pessoas contrárias ao impeachment ou que criticam as atitudes do juiz Sergio Moro, apesar da gravidade de todas as denúncias contra o governo, sejam simploriamente acusadas de defenderem a corrupção.

O combate à corrupção é fundamental, mas não pode ferir regras básicas do Estado democrático de Direito. As investigações não podem ser empurradas pela lógica do "custe o que custar", violando os limites legais.

Nossa democracia é uma conquista recente que custou muito caro. Enfrentamos o chumbo de oito anos de Estado Novo e 21 anos de ditadura civil-militar. Todos somos responsáveis pela preservação do Estado democrático de Direito.

Por mais importantes que sejam as investigações da Lava Jato e por maior que seja o clamor popular, as instituições não podem agir sob o calor dos acontecimentos e atropelar os ritos legais em nome do combate à corrupção. Não é pelo governo, é pela democracia.

Todas as manifestações são legítimas, sejam de esquerda ou direita, verdes, amarelas ou vermelhas. As ruas são o espaço da política e das nossas diferenças, mas as instituições não podem funcionar sob o ímpeto da mesma lógica.

E preocupante ver um juiz trocar a toga pela carapuça de herói nacional e extrapolar as exigências de seu cargo, publicando notas de caráter político, autorizando e divulgando escutas telefônicas juridicamente questionáveis e vazando informações de forma seletiva. O conteúdo dos diálogos é tão importante quanto o modo como eles foram obtidos.

A democracia não é construída com heróis, mas com instituições fortes e equilibradas que funcionem de forma soberana e transparente e que atuem dentro dos limites das garantias constitucionais.

A crença no salvacionismo judiciário é perigosa porque tolera arbitrariedades e reflete não apenas o completo esvaziamento da política, mas a sua total negação.

O messianismo pode ser sedutor aos espíritos cansados, mas não nos conduzirá ao paraíso. A resposta para a crise não é judicialização, mas a reafirmação da política enquanto espaço do diálogo, do convívio da diferença e da construção pública.

Precisamos criar formas de baratear campanhas eleitorais, acabar com o sequestro da soberania pela oligarquia político-econômica, fortalecer a transparência e garantir a participação das pessoas nas decisões de interesse comum.

Democracia não combina com salvadores da pátria. Como dizia o dramaturgo alemão Bertolt Brecht, pobre do povo que precisa de heróis. O futuro cabe a nós mesmos.

MARCELO FREIXO escreve às terças-feiras nesta coluna.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Vem aí o presidente 1%

BRASÍLIA - O Datafolha divulgou uma nova pesquisa para a corrida presidencial de 2018. Os principais pré-candidatos estão mal na foto. Aécio derreteu, Lula continuou a cair e Marina assumiu a liderança por inércia, sem sair do lugar.

O levantamento apresenta um paradoxo. De todos os nomes do principal cenário, o menos citado pelos eleitores é o que tem mais chances de assumir a Presidência. Estamos falando do peemedebista Michel Temer, que aparece com apenas 1% das intenções de voto.

Não se trata de apostar no cavalo azarão. Como vice-presidente, Temer é o substituto imediato de Dilma Rousseff, que está com o mandato em risco. Se o Congresso aprovar o impeachment, como parece cada vez mais provável, ele pode se sentar na cadeira até o fim de abril. Terá 75 anos de idade e mais dois anos e oito meses para governar o país.

Aliados do vice já começaram a escalar sua equipe. "Será um ministério surpreendentemente bom", disse o senador José Serra ao jornal "O Estado de S. Paulo". Derrotado em duas eleições presidenciais, ele quer assumir um cargo similar ao de primeiro-ministro. Se der certo, será mais um a governar sem votos.

O Datafolha também perguntou o que os brasileiros esperam de uma eventual gestão Temer. Só 16% acreditam que ele fará um governo ótimo ou bom. Para a maioria absoluta (60%), a administração será igual ou pior do que a que está aí.

O dado leva a outro paradoxo: sete em cada dez brasileiros apoiam o afastamento de Dilma, mas quase nenhum se empolga com o vice. É um cenário desalentador, porque a recessão não vai evaporar com o impeachment. Um presidente 1% seria capaz de nos tirar do buraco?

O governo escalou Paulo Maluf para defendê-lo na comissão do impeachment. Desta vez, ele não exigiu foto com Lula. Deve ter achado que não faria bem à sua imagem.

22 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

MARIO SERGIO CONTI

O professor contra o juiz

O devido processo legal
serve para dotar de
pensamento os processos
históricos conturbados

22 MAR 2016

A SEDE histórica da Universidade Federal do Paraná fica num prédio neoclássico, no centro de Curitiba. Faltava pouco para as 21h de terça-feira passada, dia 15, quando o professor Sergio Moro cruzou as pesadas colunas do pórtico e subiu ao primeiro andar.

Deu ali uma aula luminar sobre a presunção de inocência. Falou por uma hora e meia a 65 estudantes do quarto ano da Faculdade de Direito, onde dá aulas duas vezes por semana. Denso e direto, foi interrompido apenas um par de vezes, por alunos com dúvidas técnicas.

Moro recenseou a presunção de inocência do século 13 até hoje. Na Idade Média, disse, os julgamentos eram informados tão-somente por duas categorias de provas, as “de deus” e as “carnais”.

Na prova teológica, o acusado era obrigado a segurar uma barra de ferro incandescente por longos minutos. Sua mão era, em seguida, enfaixada. Depois de dias, retiravam-lhe o curativo. Caso a ferida tivesse cicatrizado, o acusado era inocente. Se continuasse em carne viva, cumpriria pena.

No direito luso, as provas carnavais eram chamadas de “tormentos” — o acusado era torturado. Caso as sevícias não o forçassem a admitir o crime, julgavam-no inocente. Se confessasse, seria culpado. As penas eram a morte ou castigos físicos.

Vieram as Luzes e o direito mudou. Agora, a presunção de inocência permite a livre apresentação de provas. A Justiça prescinde de crenças religiosas e de suplicios.

Para se condenar alguém, a sua culpa deve ser estabelecida “além de qualquer dúvida razoável”, conforme reza o preceito anglo-saxão. Já a inocência não precisa ser provada, ensinou o professor Moro. Basta que a defesa semeie dúvida nos julgadores. Esse princípio fundamenta o brocardo “in dubio pro reo”.

Quem flanasse pela tépida noite curitibana, depois da aula, se regozijaria: a Lava Jato está em mãos iluministas. Para afrontar a oligarquia econômica e a plutocracia política, há que se presumir inocência e exibir provas categóricas. Para que a verdade triunfe sobre a incerteza, poderosos sejam punidos e a prática se perpetue.

O dia seguinte à aula foi o banzé que se sabe. O direito não é ciência exata, mas inexistente meio termo plausível. Divulgar um telefonema da presidente, cujo foro é o Supremo, é constrangimento medievo. Monitorar a comunicação entre cliente (Lula) e advogado (Roberto Teixeira), abuso puro e duro.

A Justiça é muitas vezes fetichizada. Mas até um autor de fábulas infantis, La Fontaine, disse no século 17 que “a razão do mais forte é sempre a melhor”. O devido processo legal, ainda assim, serve para dotar de pensamento os processos históricos conturbados.

Dilma Rousseff será julgada por políticos. A sua culpa não está provada para além de qualquer dúvida razoável. O áudio de seu diálogo com Lula, porém, deixou sequelas. Mesmo se revogado numa instância superior, o estrago foi feito.

O telefonema e a sua interpretação unilateral, bem como a algargia decorrente, fizeram pender a balança da Justiça. A presidente está mais perto do que antes de ser considerada culpada. Não houve presunção da sua inocência.

Os que desconfiavam que Dilma é vítima de um golpe de força passaram a dispor de um exemplo mais claro que mil sóis. Quem o forneceu foi o juiz, e não o professor Sergio Moro.

22 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Governo acusa Moro de colocar em risco a soberania nacional

Ação para tentar garantir posse de Lula sustenta que

Gilmar Mendes não é imparcial no caso

Petista foi nomeado para a Casa Civil na semana passada, mas há 17 ações questionando o ato

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

O governo deflagrou nesta segunda (21) uma ofensiva no STF (Supremo Tribunal Federal) contra o ministro Gilmar Mendes e o juiz do Paraná Sérgio Moro para tentar garantir a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro da Casa Civil.

Em manifestações diferentes, a AGU (Advocacia-Geral da União) pediu a suspeição de Gilmar para decidir sobre a nomeação de Lula para o Executivo e acusou Moro de colocar em risco a "soberania nacional" ao divulgar gravação de telefonema entre o petista e a presidente Dilma Rousseff.

Alvo da Lava Jato, Lula foi nomeado para a Casa Civil na semana passada, mas a decisão provocou uma briga jurídica, com partidos, entidades e ações populares questionando a legalidade da posse no STF. As 17 ações contrárias à posse afirmam que a nomeação foi uma manobra para o petista fugir do juiz

Sérgio e ganhar foro privilegiado, passando a ser investigado no Supremo.

Na sexta, o ministro Gilmar Mendes concedeu duas liminares (decisões provisórias) suspendendo a posse e ainda mantendo as apurações sobre Lula na Justiça do Paraná. Para o ministro, a posse representa uma "fraude à Constituição" e uma barbárie com as instituições.

Dilma, por meio da AGU, reagiu afirmando que Mendes afrontou a presunção de inocência e não teria imparcialidade para atuar no caso porque se manifestou fora dos autos.

No texto, o ministro José Eduardo Cardozo (Advocacia-Geral da União) pede que seja anulada a decisão de Gilmar e alega suspeição dele também porque a advogada Marilda de Paula Silveira, que assinou um dos mandados de segurança, o do PPS, é uma das coordenadoras do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP). Gilmar é coordenador acadêmico do IDP. Ele nega relação pessoal com a advogada.

A AGU também rebateu a tese de favorecimento de Lula com a ida para a Casa Civil.

"Em outras palavras, tal ilação (...) adota pressuposto de que essa Suprema Corte seria leniente; menos capaz ou eficaz do que qualquer juízo inferior", diz.

O Planalto também pediu ao STF que anule a decisão de Moro que retirou o sigilo dos áudios interceptados pela Lava Jato e que flagraram telefonema com Dilma.

"Tomar a decisão de divulgar o conteúdo de conversas envolvendo a presidente da República coloca em risco a soberania nacional, em ofensa ao Estado democrático republicano", afirmou a AGU.

Em outra frente, a defesa de Lula e seis juristas ligados ao PT tentam evitar que fiquem com Moro as investigações sobre Lula. A ministra Rosa Weber acabou como relatora. Ela foi citada em um dos grampos de Lula.

Nos grampos gravados com autorização judicial, o ex-presidente pede para Jaques Wagner, chefe de gabinete da Presidência, falar com Dilma sobre uma ação que estava com a ministra. Ele sugere que o governo tentasse influenciá-la para que ela decidisse tirar de Moro investigações contra ele.

CONTINUA

22 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

TOMA LÁ, DA CÃ

21 ações no STF discutem o futuro de Lula no governo Dilma

CONTRA A POSSE

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

7 mandados de segurança

Gilmar Mendes concedeu duas decisões provisórias nos mandados apresentados pelo PPS e PSDB suspendendo a posse de Lula. Os demais mandados são de cidadãos e entidades

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

6 petições

Cidadãos pedem que Lula não assuma a Casa Civil

☐ ☐

2 ADPFs

(Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental)

Apresentadas por PSB e PSDB, questionam a constitucionalidade da nomeação. O governo fez uma petição para suspender todas as ações e decisões até definição do plenário do Supremo, que só deve se reunir dia 30

☐

1 ação cautelar

Advogado de SC pediu o bloqueio da nomeação, o que foi negado; ele recorreu

A FAVOR DA POSSE

☐ ☐

2 Habeas Corpus

Pede anulação da decisão de Gilmar. Além disso, um advogado, não ligado a defesa de Lula, fez pedido (já negado) para o petista não ser preso

☐

1 petição

A defesa pede que o STF impeça Moro de investigar Lula e que haja investigação para apurar se houve crime nos grampos

☐

1 mandado de segurança

Pede anulação da decisão de Gilmar. Alega que o ministro está suspeito para atuar no mandado de segurança

☐

1 reclamação

Pede anulação da divulgação dos grampos

22 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Sem correria

A corregedora do CNJ, ministra Nancy Andrighi, negou nesta segunda dois pedidos liminares contra Sergio Moro. Um queria seu afastamento da função de juiz e, outro, a proibição das divulgações de delações e escutas feitas pela Lava jato. Trata-se de um banho de água fria no desejo do PT e do governo de tirar o quanto antes das mãos de Moro o poder de pedir a prisão de Lula. O CNJ ainda julgará, porém, os seis pedidos para apurar possíveis faltas disciplinares do magistrado.

Haja infantaria Além de Moro, integrantes do governo ainda brigam com o Ministério Público e, agora, com a Polícia Federal. São muitas batalhas simultâneas para um exército tão frágil, alertam auxiliares.

Melhor não Lula foi orientado a não pisar no Planalto para não "afrontar" o Supremo Tribunal Federal.

22 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF autoriza abertura de três novos inquéritos contra Renan

PGR havia pedido desmembramento de investigação da Lava Jato

DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki autorizou a abertura de três novos inquéritos contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para investigar seu suposto envolvimento na Lava Jato. Teori atendeu a pedidos da Procuradoria-Geral da República e da Polícia Federal.

Em decisão na segunda (21), o ministro, relator da Lava Jato, abriu inquérito para apurar trecho da delação premiada de Carlos Alexandre de Souza Rocha, o Ceará, entregador de valores do doleiro Alberto Youssef. Ele apontou a entrega de R\$ 1 milhão a Renan, que será investigado por lavagem de dinheiro e corrupção.

Em outro despacho, da úl-

tima quarta (16), Teori atendeu a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e da PF, que pediu a divisão do inquérito inicial que investigava Renan e o deputado Aníbal Gomes (PMDB-CE), para abertura de duas novas linhas de investigação sobre o envolvimento dos congressistas com o esquema de corrupção da Petrobras.

Assim, o presidente do Senado passa a ser alvo de nove inquéritos da Lava Jato no STF.

Ele é investigado sob suspeitas de irregularidades em três principais frentes: propina em acordo da Petrobras com a categoria dos práticos (profissionais responsáveis por orientar comandantes de navio nos portos), propina de contratos da Transpetro (subsidiária da Petrobras) e favorecimento à

empresa Serveng pela estatal.

Essas apurações estavam concentradas em um único inquérito. Com o aval de Teori, o caso da Serveng e o da Transpetro serão investigados separadamente. Ao STF, Janot explicou que os desdobramentos apontaram que os fatos não têm conexão direta.

A PF afirma estar organizando elementos obtidos nas buscas e apreensões relacionadas a Aníbal Gomes, sob suspeita de ser intermediário de Renan, e do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, apadrinhado por ele. O inquérito foi prorrogado por 30 dias.

As defesas de Renan e Aníbal negam relação com as irregularidades e dizem nunca terem recebido propina por transações na Petrobras. (MÁRCIO FALCÃO E AGUIRRE TALENTO)

22 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ considera legítimo acordo extrajudicial feito antes de penhora

A ação que iniciou o caso foi movida pelo consumidor cobrando indenização por danos morais, já que seu filho morreu em acidente em um brinquedo dentro do restaurante

Um acordo extrajudicial entre uma rede de fast food e um cliente foi considerado legítimo pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. Uma terceira pessoa, que era parte interessada, havia impugnado o acordo alegando que o acordo foi feito sem sua anuência.

Em outra ação judicial ela teve o direito reconhecido de penhorar parte do valor da indenização cobrada pelo cliente. No entanto, apesar de a penhora ter sido incluída nos autos, a rede de fast food e o cliente não foram intimados desta decisão. Por isso, o colegiado do STJ entendeu que eles poderiam firmar acordo e pagar a indenização sem que fosse efetuada a penhora.

A ação que iniciou o caso

foi movida pelo consumidor cobrando indenização por danos morais, já que seu filho morreu em acidente em um brinquedo dentro do restaurante.

Julgado procedente o pedido, as partes apelaram. Pendente o julgamento da apelação, as partes celebraram acordo, estabelecendo o valor da indenização para pagamento imediato. O acordo foi submetido ao relator da apelação para homologação.

Acordo antes da penhora

A controvérsia se estabeleceu porque uma terceira pessoa impugnou o acordo, pedindo ao relator que não o homologasse. Isso porque, em outra disputa judicial, ela teve o direito reconhecido de cobrar valores desse cliente.

Após ter suas tentativas de execução financeira frustradas e descobrir a ação por danos morais em curso, a mulher ingressou como parte interessada pedindo a penhora dos valores eventualmente pagos ao cliente, caso o restaurante fosse condenado. Para a credora, essa era uma forma de garantir o seu ressarcimento.

Caso o restaurante fosse condenado a pagar indenização, parte dos recursos iriam automaticamente para a credora, a título de saldar a dívida do consumidor. Antes do julgamento do recurso na ação de indenização, a rede de fast food firmou um acordo extrajudicial com o consumidor, encerrando a disputa. O acordo foi feito sem a participação da credora.

Concurso não pode limitar idade de candidato a procurador

A proibição genérica de acesso a determinadas carreiras públicas, baseada só na idade do candidato, consiste em flagrante inconstitucionalidade, uma vez que não se encontra direcionada a uma finalidade acolhida pelo Direito. Antes, trata-se de discrimi-

nação abusiva, em virtude da vedação de diferença de critério de admissão por motivo de idade, como dispõe o artigo 7º, inciso XXX, da Constituição da República.

O entendimento levou a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul a

confirmar, em reexame necessário, sentença que concedeu Mandado de Segurança a advogado de um pequeno município gaúcho. Com 47 anos à época, ele foi eliminado do concurso público para procurador municipal porque a idade-limite era 45 anos.

22 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Governador dá posse a novos secretários

Beto Richa deu posse aos secretários da Casa Civil, Valdir Rossoni; da Justiça, Artagão de Mattos Leão Junior; e da Administração, Reinhold Stephanes



Richa pediu aos novos secretários agilidade na execução das políticas públicas, aproximação com os demais poderes e transparência nos atos do governo

O governador Beto Richa deu posse ontem aos novos secretários de Estado da Casa Civil, deputado federal Valdir Rossoni; da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, deputado estadual Artagão de Mattos Leão Junior; e da Administração e da Previdência, Reinhold Stephanes. A solenidade lotou o Salão de Atos do Palácio Iguaçu, em Curitiba. Participaram a vice-governador Cida Borghetti, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Vasconcelos; o presidente da Assembleia Legislativa, Ademir Traiano; a secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, presidentes e lideranças de diversos setores da economia, além de deputados estaduais.

Richa pediu aos novos secretários agilidade na execução das políticas públicas, aproximação com os demais poderes e transparência nos atos do governo. “O sucesso da nossa administração passa obrigatoriamente pelo bom desempenho de cada um dos secretários”, disse o governador. Richa afirmou que mudanças no governo são normais e fez um reconhecimento aos secretários que deixaram as pastas - Eduardo Sciarra (Casa Civil), Dinorah Nogara (Administração e Previdência) e Leonildo de Souza Grota (Justiça). “Cumpriram um bom papel, tiveram um extraordinário desempenho.”

O governador destacou a experiência dos novos secretários. No caso de Valdir Rossoni, ressaltou a atuação como presidente da

Assembleia Legislativa do Paraná. “É uma pessoa qualificada e preparada para elevar a boa relação da nossa gestão com os outros poderes. Queremos uma atuação sempre transparente e de austeridade dando, encaminhamento nas ações de interesse do povo do Paraná”, afirmou.

Reinhold Stephanes, disse o governador, foi diversas vezes secretário de Estado e também ministro. “Sempre atuando em favor do Paraná. Tem todas as qualificações e vem mais uma vez dar sua contribuição.”

O governador lembrou que Artagão Junior está no quarto mandato como deputado estadual e tem como marca o forte comprometimento com o desenvolvimento dos municípios paranaenses.

22 MAR 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rosa Weber vai decidir recurso de Lula no STF

Alteração foi realizada após o ministro Edson Fachin se declarar impedido para julgar o habeas corpus

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber vai relatar habeas corpus apresentado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A redistribuição foi feita por meio eletrônico, após o ministro Edson Fachin se declarar impedido para julgar o habeas corpus. A ministra foi citada por Lula em dois grampos telefônicos autorizados pelo juiz Sérgio Moro.

A defesa de Lula apresentou o recurso para derrubar decisão do ministro Gilmar Mendes, da última sexta-feira, que barrou a posse do ex-presidente na Casa Civil.

No domingo, a petição da defesa do ex-presidente Lula foi endereçada ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski. No entanto, na manhã desta segunda-feira, Lewandowski decidiu distribuir o habeas corpus eletronicamente, por entender que o assunto não é de competência da presidência do Tribunal. Ao declarar-se suspeito, Fachin devolveu o recurso à presidência da Corte.

No dia 4 de março, Rosa Weber negou pedido da defesa do ex-presidente para suspender as investigações da 24ª fase da Operação Lava Jato, que envolve Lula. No recurso, os advogados de Lula pediram que as diligências fossem suspensas até que o STF decidisse sobre o conflito de competência sobre as investigações.

22 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Denúncia relata esquema de sonegação em postos fiscais

Processo envolve a cobrança de propina de uma empresa de laticínios por auditores nas unidades da Receita Estadual em Sertaneja e Porecatu

Loriane Comeli

Reportagem Local

Está tramitando há mais de cinco meses na 2ª Vara Criminal de Londrina processo que acusa o auditor Márcio de Albuquerque Lima – suposto líder da organização criminosa investigada pela Operação Publicano – e outros nove fiscais da delegacia local da Receita de cobrança de propina de uma empresa de laticínios.

O esquema envolvia fraudes em notas fiscais que permitiram à empresa sonegar, entre 2003 e 2005, mais de R\$ 80 mil no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Além dos 10 auditores, a dona do laticínio também é ré na denúncia, protocolada pelo Ministério Público (MP) de Londrina em 16 de outubro do ano passado.

O promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), disse que a

denúncia não tem conexão com a Publicano, mas, revela, mais uma vez, um esquema antigo de exigências indevidas e de conluio entre auditores e empresários. “É um fato antigo, que, porém, teve a conclusão da investigação durante o desenrolar da Publicano, mas não é uma denúncia conexa a ela”, explicou.

Na denúncia, o MP relata que os 11 réus e outros três auditores – incluindo o principal delator da Publicano, Luiz Antonio de Souza – teriam cometido crime de organização criminosa ao exigir propina do laticínio. Porém, tal delito está prescrito. Por isso, Souza e um segundo auditor não foram denunciados – contra eles não havia evidências de que atuaram diretamente no suborno. O terceiro auditor já é falecido.

Os promotores narraram 36 fatos criminosos – 18 de corrupção passiva tributária praticado pelos auditores, que exigiram propina e 18 de corrupção ativa, pela empresária, que ofereceu ou pagou vantagem indevida.

Em linhas gerais, o esquema contava com auditores que atuavam em postos fiscais localizados junto aos postos policiais de rodovias estaduais, como o Charles Naufal, em Sertaneja, e o Jorge Radziminski, em Porecatu. Seriam esses fiscais os encarregados deliberar cargas, restando notais fiscais preenchidas corretamente. Algumas vias eram deixadas em branco e, posteriormente, preenchidas com valores muito inferiores, quase insignificantes, resultando em recolhimento ínfimo de ICMS.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

22 MAR 2016

Na denúncia, os promotores detalham que as cargas dos produtos lácteos, no período, somaram R\$ 702 mil, resultando em R\$ 84 mil de ICMS, cuja alíquota era de 12%. Mas, a empresária pagaria 20% do que deixava de recolher em propina. Assim, neste período, o grupo criminoso teria recebido mais de R\$ 16 mil apenas desta empresa. "O modo de agir é muito semelhante ao que apuramos na Publicano e evidencia, mais uma vez, a existência de uma organização criminosa que utiliza o cobertor do Estado para a prática de crimes", resumiu Costa.

O processo encontra-se em fase de citação dos réus. Ontem, a reportagem não conseguiu manter contato com o advogado de Lima, assim como com advogados de outros réus.



"O modo de agir é muito semelhante ao que apuramos na Publicano e evidencia a existência de uma organização criminosa que utiliza o cobertor do Estado para a prática de crimes", explica o coordenador do Gaeco de Londrina, Jorge Barreto da Costa

22 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

Rosa Weber vai relatar HC de Lula

Após Edson Fachin alegar suspeição, ministra do STF citada por Lula em grampo feito pela PF vai analisar decisão que questiona posse de petista na Casa Civil

Beatriz Bulla

Agência Estado

Brasília - A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), é a nova relatora do habeas corpus impetrado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lula questiona decisão do ministro Gilmar Mendes da última sexta-feira, que suspendeu a posse do petista na chefia da Casa Civil do governo. Rosa é uma das citadas nas conversas telefônicas do ex-presidente interceptadas pelos investigadores da Lava Jato. O relator original, ministro Luiz Edson Fachin, se declarou suspeito de julgar o caso e reencaminhou o habeas corpus à presidência do STF. Por sorteio, Rosa foi definida nova relatora do caso.

Na ação ao Supremo, os advogados de Lula pedem para suspender o trecho da decisão de Gilmar Mendes que determinou a remessa da investigação sobre o ex-presidente de volta ao juiz Sérgio Moro, responsável pela condução da Lava Jato na Justiça Federal em Curitiba, Paraná.

Nas conversas obtidas por meio do grampo, Lula sugere ao então ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, que converse com Dilma sobre "o negócio da Rosa Weber". A ministra foi relatora do pedido da defesa de Lula para retirar

das mãos do juiz Sérgio Moro investigação sobre o ex-presidente que corria na Justiça Federal em Curitiba.

Em um dos diálogos, Lula diz: "Ô, Wagner, eu queria que você viesse agora, falar com ela, já que ela está aí, falar o negócio da Rosa Weber. Está na mão dela para decidir. Se homem não tem saco, quem sabe uma mulher corajosa possa...".

Na semana passada, o advogado-geral da União, ministro José Eduardo Cardozo, procurou os ministros - entre eles Rosa Weber - para dar explicações sobre os áudios. Ao deixar o encontro, a ministra não respondeu a questionamentos da imprensa. O gabinete de Rosa Weber não emitiu qualquer manifestação sobre os áudios.

Rosa Weber conhece o juiz Sérgio Moro desde antes do início das investigações da Petrobras. O magistrado atuou como assessor criminal do gabinete da ministra durante os desdobramentos do julgamento do mensalão. Ela rejeitou, no início do mês, o pedido da defesa do presidente para tirar o caso de Moro.

O STF tem entendimento de que não cabe habeas corpus para derrubar decisão monocrática tomada por ministro da própria Corte. Com base nesse argumento, Fachin já rejeitou outro habeas corpus protocolado em favor de

Lula. No caso, a ação foi proposta por um advogado sem relação com os defensores do ex-presidente.

SUSPEIÇÃO

Fachin se declarou suspeito por ser padrinho da filha de um dos advogados que assinam o habeas corpus em favor de Lula. A suspeição é prevista em lei e deve ser declarada por juízes quando há motivos de foro íntimo ou proximidade com as partes da causa que criem algum tipo de obstáculo para que o ministro analise o caso de forma imparcial.

A nomeação de Lula como ministro da Casa Civil gerou uma enxurrada de ações no Supremo Tribunal Federal (STF) desde a última quinta-feira. No total, 17 ações chegaram à Corte. Antes da posse do ex-presidente, partidos e cidadãos recorreram à Corte para tentar barrar a ida de Lula à chefia da Pasta. Desde o final de semana, no entanto, a Corte recebeu manifestações da Advocacia-Geral da União (AGU) e da defesa do petista, após liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes que suspendeu a posse de Lula na Casa Civil.

CONTINUA

22 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

As ações estão nas mãos de Rosa Weber, Gilmar Mendes, Teori Zavascki e Marco Aurélio Mello.

Segundo Mendes, sua decisão de suspender a nomeação de Lula para a Casa Civil não deverá ser apreciada pela corte antes da Semana Santa, em razão do feriado da Páscoa.

DESISTÊNCIA

O ex-presidente Lula se reuniria na noite de ontem com a presidente Dilma Rousseff para definir a situação do líder petista. Em conversas, Lula admite a hipótese de renunciar ao Ministério da Casa Civil, cargo que nem sequer ocupou, para atuar como articulador informal. A definição dependerá de decisões da Justiça sobre a legitimidade de sua nomeação. O ex-presidente foi escalado por Dilma para exercer informalmente a partir dessa segunda-feira a articulação política do Palácio do Planalto, função típica do chefe da Casa Civil. (Colaboraram Cátia Seabra e Gustavo Uribe)

22 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

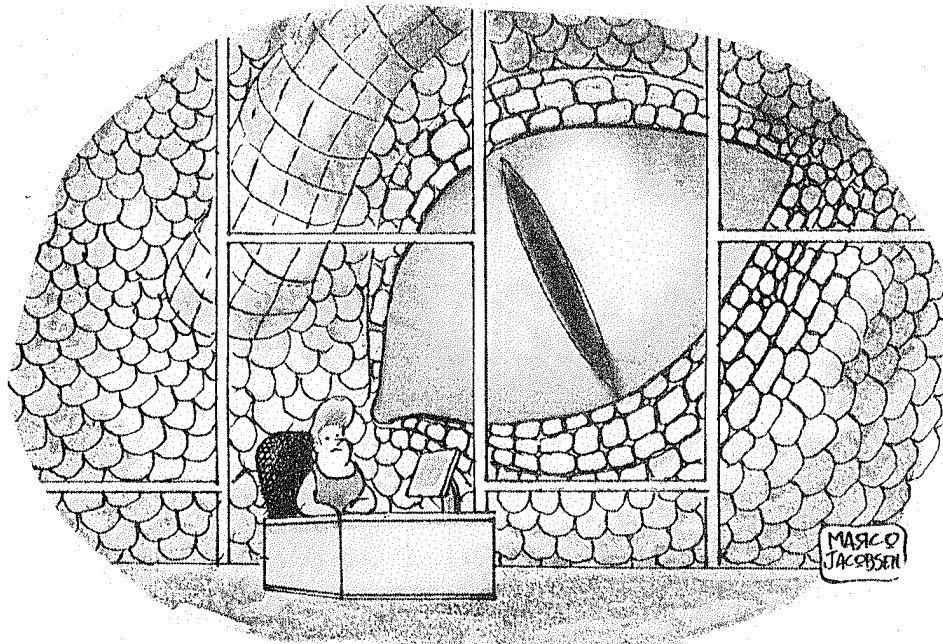
INFORME

Tribunais santos

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal passam a Semana Santa sem sessões ordinárias. Não terão expediente de quarta a sexta-feira e os prazos processuais que, porventura, tiverem início ou fim nesse período ficam automaticamente prorrogados para o dia 28 de março. Preocupação a mais para o Planalto, que queria ver o recurso a favor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva analisado o mais rápido possível.

Advogados contestam impeachment

O presidente da OAB Paraná, José Augusto Araújo de Noronha, recebeu ontem um grupo de advogados contrários à decisão do Conselho da seccional e do Conselho Federal de apoiar a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Para o professor Manoel Caetano Ferreira Filho, que já integrou o Conselho Federal, a decisão tomada em Brasília confronta o Estado Democrático de Direito por violar garantias constitucionais dos acusados e prerrogativas dos advogados. Noronha afirmou respeitar os profissionais que subscrevem o documento contra o impeachment, mas ressaltou que a decisão tomada no pleno e na sessão extraordinária do Conselho Federal são fruto do debate democrático.



- Sinto que estou sendo espionada...

22 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Richa dá posse aos novos secretários

Mudanças ocorrem na Casa Civil, Administração e Justiça



Richa finalizou a reforma na sua equipe de governo

 O governador Beto Richa deu posse nesta segunda-feira (21) aos novos secretários de Estado da Casa Civil, deputado federal Valdir Rossoni; da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, deputado estadual Artagão de Mattos Leão Junior; e da Administração e da Previdência, Reinhold Stephanes. A solenidade lotou o Salão de Atos do Palácio Iguaçu, em Curitiba. Participaram a vice-governadora Cida Borghetti, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Vasconcelos; o presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano; a secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, presidentes e lideranças de diversos setores da economia, além de deputados estaduais.

Richa pediu aos novos secretários agilidade na execução das políticas públicas, aproximação com os demais poderes e transparência nos atos do governo. "O sucesso da nossa administração passa obrigatoriamente pelo bom desempenho de cada um dos secretários", disse o governador. Richa afirmou que mudanças no governo são normais e fez um reconhecimento aos secretários que deixaram as pastas - Eduardo Sciarra (Casa Civil), Dinorah Nogara (Administração e Previdência) e Leonildo de Souza Grotto (Justiça). ●

22 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Rosa Weber vai decidir recurso de Lula no STF

Ministro Fachin se declarou impedido para ser relator



Rosa Weber já havia negado pedido para suspender investigações



A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber vai relatar habeas corpus apresentado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A redistribuição foi feita por meio eletrônico, após o ministro Edson Fachin se declarar impedido para julgar o habeas corpus. A ministra foi citada por Lula em um dos grampos telefônicos autorizados pelo juiz Sérgio Moro e divulgados na semana passada.

A defesa de Lula apresentou o recurso para derrubar decisão do ministro Gilmar Mendes, da última sexta-feira (18), que barrou a posse do ex-presidente na Casa Civil.

Domingo (20), a petição da defesa do ex-presidente Lula foi endereçada ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski. No entanto, na manhã desta segunda-feira, Lewandowski decidiu distribuir o habeas corpus eletronicamente, por entender que o assunto não é de competência da presidência do Tribunal. Ao declarar-se suspeito, Fachin devolveu o recurso à presidência da Corte. ■

22 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro envia ao Supremo conteúdo dos grampos

O juiz Sérgio Moro enviou ontem (21) ao Supremo Tribunal Federal (STF) as interceptações telefônicas nas quais o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversa com a presidente Dilma Rousseff e com o ministro do gabinete pessoal da presidente, Jaques Wagner. Na decisão, Moro entendeu que a parte da investigação da Lava Jato em que autoridades com foro por prerrogativa de função foram grampeados fortuitamente deve ser analisada pelo STF.

"Já quanto ao presente processo, como fortuitamente foram colhidos diálogos com interlocutores ocupantes de cargos com foro privilegiado, é o caso de, independentemente da situação jurídica do ex-presidente, ainda assim remeter ao Egrégio Supremo Tribunal Federal para eventuais medidas cabíveis", decidiu o juiz. ■

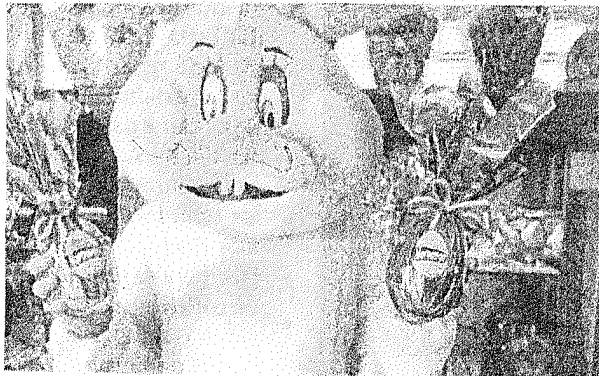
22 MAR 2016

BEMPARANÁ

Moroando

Juiz inspira até ovo de Páscoa

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos julgamentos da Operação Lava Jato, literalmente, caiu no gosto de muitos curitibanos. A Casa de chocolates Schimmelpheng, uma tradicional chocolateria de Curitiba, em homenagem a ele, batizou um o ovo de Páscoa de "Moroango". O doce é feito de chocolate ao leite, recheado com morango, e foi colocado nas prateleiras na quinta-feira em lojas da marca e em shoppings. O sucesso foi tanto, que as encomendas não param. "A demanda tem sido tão grande que eu ainda não posso te dizer qual foi o incremento da vendas", explica o Jose Augusto Cury Fontes, diretor administrativo da Casa de Chocolates Schimmelpheng.



O ovo é de chocolate ao leite, recheado com morango

22 MAR 2016

BEMPARANÁ

Fachin repassa ação sobre nomeação de Lula

Ministro se declara impedido e Rosa Weber assume relatoria de processo no STF

Antonio Cruz/Agência Brasil

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), é a nova relatora do habeas corpus impetrado pela defesa de Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-presidente questiona decisão do ministro Gilmar Mendes da última sexta-feira, que suspendeu a posse do petista na chefia da Casa Civil do governo. Rosa é uma das citadas nas conversas telefônicas do ex-presidente interceptadas pelos investigadores da Lava Jato.

O relator original, ministro Luiz Edson Fachin, se declarou suspeito de julgar o caso e reencaminhou o habeas corpus à presidência do STF. Por sorteio, Rosa foi definida nova relatora do caso. Na ação ao Supremo, os advogados de Lula pedem para suspender o trecho da decisão de Gilmar Mendes que determinou a remessa da investigação sobre o ex-presidente de volta ao juiz Sérgio Moro, responsável pela condução da Lava Jato na Justiça Federal em Curitiba.

Nas conversas obtidas por meio do grampo, Lula sugere ao então ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, que con-



Fachin: impedimento por relação com advogado

verse com Dilma sobre "o negócio da Rosa Weber". A ministra foi relatora do pedido da defesa de Lula para retirar das mãos do juiz Sérgio Moro investigação sobre o ex-presidente que corria na Justiça Federal em Curitiba.

Em um dos diálogos, Lula diz: "Ô, Wagner, eu queria que você viesse agora, falar com ela, já que ela está aí, falar o negócio da Rosa Weber. Está na mão dela para decidir. Se homem não tem saco, quem sabe uma mulher corajosa

possa...".

Na semana passada, o advogado-geral da União, ministro José Eduardo Cardozo, procurou os ministros - entre eles Rosa Weber - para dar explicações sobre os áudios. Ao deixar o encontro, a ministra não respondeu a questionamentos da imprensa. O gabinete de Rosa Weber não emitiu qualquer manifestação sobre os áudios.

Suspeição - Fachin se declarou suspeito por ser padrinho da filha de um dos advo-

"Ô, Wagner, eu queria que você viesse agora, falar com ela, já que ela está aí, falar o negócio da Rosa Weber. Está na mão dela para decidir".

do ex-presidente Lula em conversa com o ministro Jaques Wagner, sobre outro processo no STF

gados que assinam o habeas corpus em favor de Lula. A suspeição é prevista em lei e deve ser declarada por juízes quando há motivos de foro íntimo ou proximidade com as partes da causa que criem algum tipo de obstáculo para que o ministro analise o caso de forma imparcial. A nomeação do ex-presidente gerou uma enxurrada de ações no Supremo Tribunal Federal (STF) desde a última quinta-feira. No total, 17 ações chegaram à Corte.

22 MAR 2016

BEMPARANÁ

Salvo conduto é rejeitado

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem, um pedido de habeas corpus preventivo para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O advogado Samuel José da Silva, que não integra núcleo de defesa do petista, havia entrado com a medida no sábado.

O habeas corpus assinado por Samuel José da Silva foi impetrado no dia seguinte à decisão liminar do ministro Gilmar Mendes, que suspendeu a nomeação de Lula para a Casa Civil do Governo Dilma e mandou a investigação envolvendo o ex-presidente para o juiz federal Sérgio Moro. O ministro do STF se manifestou a favor dos pedidos de mandados de segurança de dois partidos da oposição, PSDB e PPS, que alegavam que Lula havia tomado posse para ganhar foro privilegiado e ser julgado pelo Supremo.

Gilmar Mendes devolveu o processo ao juiz Sérgio Moro. O advogado pediu ao STF um salvo conduto para que Lula não pudesse ser preso por decisão judicial de instâncias inferiores à Suprema Corte até o julgamento do mérito do mandado de segurança.

22 MAR 2016

BEMPARANÁ

Governador Beto Richa empossa Rossoni na Casa Civil

Líder do governo na Assembleia não aparece, mas nega dificuldade
de relação com novo secretário



Beto Richa e Rossoni, ontem, no Palácio Iguazu

O governador Beto Richa (PSDB) empossou ontem os três novos secretários, em cerimônia no Palácio Iguazu, marcada pela ausência do líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) e boa parte da base governista na Casa. O "baixo quórum" reacendeu as especulações sobre a resistência de setores da bancada de situação à nomeação do ex-presidente da Assembleia, deputado federal Valdir Rossoni (PSDB), como chefe da Casa Civil – Pasta responsável pela articulação política do governo junto ao Legislativo. Além de Rossoni, tomaram posse também o suplente de deputado federal Reinhold Stephanes (PSD) na Secretaria da Administração e o deputado estadual Artagão Júnior (PSB) na Secretaria da Justiça.

Rossoni já havia sido cogitado para o cargo desde a reeleição de Richa, em 2014, mas na época acabou preterido em favor do ex-deputado federal Eduardo Sciarra (PSD). Sciarra deixou o governo depois de

atrair o secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Ratinho Júnior, para o PSD, com a garantia de ter legenda para disputar a sucessão do governador em 2018.

Da base governista na Assembleia, compareceram à posse ontem, além do atual presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), o primeiro-secretário, Plauto Miró Guimarães (DEM) e os deputados Elio Rusch (DEM), Cláudia Pereira (PSB), Pedro Lupion (DEM), Maria Victória (PP), Cristina Silvestri (PPS) e Stephanes Júnior (PSDB). À tarde, durante a sessão do Legislativo, o líder do governo, Luiz Cláudio Romanelli, garantiu que não participou em razão de outros compromissos pré-agendados, e negou qualquer dificuldade de relacionamento da base com o novo chefe da Casa Civil. "O relacionamento com a bancada, com certeza, será bom. O deputado Rossoni foi escolhido pelo governador Beto Richa no sentido de reforçar a gestão

"Fui deputado e sei das necessidades de trabalho dos deputados. Vamos atuar juntos para ajudar o estado do Paraná".

do novo chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni (PSDB)

do Estado, a questão de ter um secretário mais político na Casa Civil. Os deputados da base de apoio do governo integram diversos partidos políticos. Creio que não teremos nenhuma dificuldade em manter o mesmo nível de articulação", previu.

O deputado Hussein Bakri (PSD), confirmou que não foi à posse em razão das divergências com o novo chefe da Casa Civil. Ele atribuiu essas divergências a questões regionais – Bakri e Rossoni tem a mesma base política, em Bituruna (região Sudoeste). Bakri garantiu que apesar disso, respeita a decisão do governador em nomear o tucano para o cargo. "Sou leal ao governador Beto Richa", explicou. Segundo o deputado, o relacionamento com o governo "vai depender" muito mais da atuação de Rossoni. "Tenho meus motivos pessoais para não estar presente na posse. O governador e o chefe da Casa Civil sabem quais são esses motivos", desistiu.

CONTINUA

22 MAR 2016

BEM PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Prioridade - Rossoni apontou como prioridade dele na nova função uma maior aproximação com o Poder Legislativo. "Fui deputado e sei das necessidades de trabalho dos deputados estaduais. Vamos atuar juntos para ajudar o estado do Paraná", afirmou.

O governador destacou a experiência do parlamentar como ex-presidente da Assembleia. E disse que as mudanças no secretariado devem ficar por aí. Segundo ele, a única troca que ainda ficou pendente é na Secretaria do Planejamento, onde Silvio Barros deve deixar o cargo para disputar a prefeitura de Maringá, sendo substituído pelo seu irmão e deputado federal Ricardo Barros (PP). "Mudanças são normais, sempre buscando uma sintonia mais fina. Em vista, nenhuma troca a mais. Agora todas as administrações públicas são bastante dinâmicas. Volta e meio pode ter a necessidade de alguma mudança", argumentou.

Paraná Portal 22 MAR 2016

RUY BARROZO *Ruy Barrozo*



*Publicado 22 de março de 2016 às
05h58*

***Dia 23** - Um movimentado
coquetel logo mais, às 19 horas,
na sede da OAB de Londrina,
marca o lançamento do Código
de Processo Civil – comentado,
de autoria do desembargador
José Sebastião Fagundes Cunha
(foto), ocasião em que acontece
palestra de Letícia Souza
Baddauy, que falará sobre
Negócios Jurídicos Processuais.*



22 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Impasse no STF se arrasta e petistas temem a prisão de Lula

Citada em grampo, Rosa Weber é a relatora do recurso apresentado pela defesa do ex-presidente no Supremo para garantir a posse dele na Casa Civil.

22 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Impasse se arrasta e PT se preocupa com prisão de Lula

Citada em grampo, ministra Rosa Weber é designada relatora do recurso de Lula no STF contra a suspensão da posse na Casa Civil

BRASÍLIA E SÃO PAULO
Estadão Conteúdo

● O impasse jurídico sobre a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na chefia da Casa Civil, que se arrasta desde a semana passada no Supremo Tribunal Federal (STF), não tem previsão para terminar e, por isso, o PT voltou a se preocupar com a possibilidade de o juiz Sergio Moro decretar a prisão do líder petista, investigado pela Operação Lava Jato e pelo Ministério Público de São Paulo.

A ministra Rosa Weber é a nova relatora no STF do habeas corpus impetrado pela defesa de Lula, que questiona decisão do ministro Gilmar Mendes da sexta-feira (18), que suspendeu a posse do petista na Casa Civil. Rosa é uma das citadas nas conversas telefônicas do ex-presidente interceptadas pelos investigadores da Lava Jato.

O relator original, ministro Luiz Edson Fachin, se declarou ontem suspeito de julgar o caso e reencaminhou o habeas corpus à presidência do STF. Por sorteio,

Rosa foi definida nova relatora do caso. Na ação ao STF, os advogados de Lula pedem para suspender o trecho da decisão de Mendes que determinou a remessa da investigação sobre o ex-presidente de volta a Moro, responsável pela Lava Jato na Justiça Federal em Curitiba.

Fachin se declarou suspeito pois é padrinho da filha de um dos advogados que assinam o habeas corpus.

Por causa disso, líderes petistas de dentro e de fora do governo voltaram a se preocupar com a possibilidade de Moro decretar a prisão do ex-presidente nesta semana. A situação de Lula no STF faz os petistas avaliarem que será pouco provável a possibilidade de assumir oficialmente o ministério antes da debandada do PMDB do governo.

A mudança do caso para as mãos de Rosa Weber é vista nos bastidores como prejudicial a Lula. Rosa já teve Moro como seu assessor criminal no julgamento do mensalão.

ESCUTAS AO STF

O juiz Sergio Moro decidiu remeter ao STF as escutas telefônicas feitas durante investigações sobre Lula na Lava Jato. Moro justificou a medida, em despacho ontem, afirmando que constam no material conversas de autoridades com foro privilegiado. Além da presidente Dilma Rousseff, foram gravados o prefeito do Rio, Eduardo Paes, e o chefe da Casa Civil à época, Jaques Wagner.

NO GRAMPO

Nas conversas obtidas por meio de grampo, Lula sugere ao então ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, que converse com Dilma sobre o "negócio da Rosa Weber". A ministra foi relatora do pedido da defesa de Lula para retirar das mãos de Moro investigação sobre o ex-presidente que corria na Justiça Federal em Curitiba.

CONTINUA

22 MAR 2016

VIROU NOVELA

Entenda o imbróglio judicial envolvendo a posse do ex-presidente Lula como ministro-chefe da Casa Civil do governo federal.



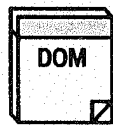
Lula toma posse como ministro da Casa Civil, mas, de imediato, decisões liminares de instâncias inferiores o retiram do cargo.



Diante de uma enxurrada de ações e idas e vindas judiciais a respeito da nomeação de Lula, o ministro **Gilmar Mendes**, do STF, suspende a posse ministerial do ex-presidente.



A defesa de Lula entra com um habeas corpus direcionado ao presidente do Supremo, **Ricardo Lewandowski**, pedindo a anulação da decisão de Gilmar Mendes.



O caso é redistribuído para o ministro **Edson Fachin**, mas ele se declara suspeito para julgá-lo por ter relação pessoal com uma das pessoas que assinaram a ação. Em um novo sorteio, o HC vai para as mãos da ministra **Rosa Weber**.



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

ELES INSISTEM

Aliados e assessores jurídicos do ex-presidente Lula insistiram ontem para que ele não renuncie ao cargo de ministro-chefe da Casa Civil, cadeira que ainda não ocupou. Em conversas, Lula tem manifestado irritação com a crise provocada pela sua nomeação, lembrando que resistiu ao convite para que ocupasse o cargo.

RISCO À SOBERANIA NACIONAL

A Advocacia-Geral da União pediu no Supremo Tribunal Federal a suspeição de Gilmar Mendes para decidir sobre a nomeação de Lula para a Casa Civil e acusou o juiz Sergio Moro de colocar em risco a "soberania nacional" ao divulgar gravação de telefonema entre o ex-presidente e a presidente Dilma Rousseff.

Lula pode ter que responder penalmente se for ministro informal

Joana Neitsch

Mesmo sem estar empossado como ministro, Lula já estaria atuando informalmente como tal, segundo os bastidores. Se, antes do ministério, exercer o papel de articulador já era um hábito, agora o ex-presidente pode estar desobedecendo uma ordem judicial. E há consequências penais para isso. O advogado professor de direito constitucional da UFPR Egon Bockmann Moreira explica que não exercer o cargo vai além de simplesmente não assinar, não ter um cartão de ministro nem ocupar a sala ministerial. "Se ele não foi empossado, não pode se comportar como se ministro fosse." Moreira lembra que Lula já vem ocupando o papel de articulador bem antes de se levantar a hipótese de ser ministro, mas que isso não pode servir como justificativa. "Se antes era tolerável, hoje é intolerável. Há uma ordem judicial impedindo." O professor considera que, se o próprio governo achou que seria necessário Lula ser nomeado para poder praticar determinados atos, ele não pode agora fazer isso sem ser ministro. O advogado penalista René Dotti explica que, se ficar caracterizado que Lula está exercendo funções próprias da Casa Civil, ele pode ser acusado pelo crime de desobediência ou pelo de usurpação da função pública.

22 MAR 2016

GAZETA DO POVO



22 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Peritos vão ao STF contra decreto do INSS

Medida que retira exclusividade de médico do INSS para realizar perícia é manobra para evitar novos concursos, diz associação do setor

Carolina Pompeo

Um decreto do governo federal tirou dos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a exclusividade das avaliações médicas necessárias para concessão de benefícios com auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Com a descentralização dos atendimentos, trabalhadores afastados por problemas de saúde agora podem consultar com médicos da rede pública para conseguir o benefício quando não for possível marcar a perícia com o órgão.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência Social, o objetivo é economizar recursos públicos e evitar que o trabalhador fique muito tempo sem receber salário ou benefício devido às longas filas.

A medida desagradou os médicos do INSS, que pretendem acionar o Supremo Tribunal Federal para derrubar o decreto. Para a Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP), isso é uma manobra do governo federal para não realizar mais concursos públicos.

Atualmente o quadro de peritos é composto por 4.330 profissionais e o déficit do quadro funcional, conforme a ANMP, é de 3 mil vagas.

“Em vez de fazer os concursos necessários, o governo prefere transferir a responsabilidade para a já lotada e deficiente rede do SUS”, diz a entidade, em nota.

Mais fraudes

Na avaliação da ANMP, ao permitir a concessão de benefícios sem a perícia médica do próprio INSS, o governo assume o risco de concessão de benefícios sem limites em um período de forte retração econômica e elevação de desemprego. “O decreto vai permitir que qualquer atestado médico permita a liberação de benefícios, abrindo as portas para a fraude e a concessão indevida de benefícios. A função da perícia do INSS é de reconhecimento de direito previdenciário, pois nem todo cidadão adoece e se encontra incapaz ao trabalho e o benefício é pela incapacidade, não pela doença. Diariamente, bloqueamos situações de fraude ou ausência de direito.”

Já para o Ministério do Trabalho, a mudança vem a calhar: segundo dados do INSS,

mais de 1,3 milhão de perícias médicas deixaram de ser feitas durante os 140 dias de greve dos servidores no ano passado. Nesse período, somente 30% da demanda foi atendida. O resultado é que o tempo médio de espera para concessão de aposentadoria, por exemplo, aumentou para 80 dias; em 2015 era de 49 dias em média.

CONTINUA

RISCO DE NOVA PARALISAÇÃO

Os médicos do INSS podem cruzar os braços novamente a qualquer momento. O estado de greve foi aprovado na assembleia de janeiro, quando os peritos concordaram em voltar às atividades como estratégia para abrir espaço de diálogo com o governo. Em nota, o INSS informou que o principal ponto de discordância entre os médicos e o governo é a reivindicação da redução de jornada de trabalho, de 40 horas para 30 horas semanais, sem a diminuição correspondente do salário. Os peritos também defendem a reposição de perdas salariais (aumento em 27% parcelado em duas vezes), o fim da terceirização da perícia médica e a recomposição do quadro de funcionários.

22 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MUDANÇAS

Entenda o que mudou com o decreto do governo federal que tirou a exclusividade das perícias dos médicos do INSS:

- O INSS passará a aceitar atestado de qualquer médico do SUS ou de particulares para que o trabalhador receba auxílio-doença e benefício previdenciário;
- Caso o perito do INSS não consiga atender o segurado antes do término do período de recuperação, o trabalhador poderá retornar ao trabalho com atestado do SUS ou particular;
- O segurado poderá voltar ao trabalho no dia seguinte à data indicada para o fim da licença, independentemente da perícia médica;
- Médicos do SUS ou particulares poderão atestar pedidos de prorrogação de benefícios para segurados que estão empregados e para os que estão hospitalizados e não podem se locomover até o INSS;
- O INSS poderá convocar o segurado em qualquer circunstância e a qualquer tempo para avaliação pericial.

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social.

22 MAR 2016

GAZETA DO POVO

STF abre 7.º inquérito sobre Renan

■ O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, determinou ontem a abertura de mais um inquérito para investigar o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), no âmbito da operação. A decisão foi tomada a partir de um pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Agora, Renan responde a sete inquéritos. Ainda há pendente um outro pedido de Janot, para a abertura do oitavo inquérito. Em despacho de ontem, foi aberto inquérito para apurar indícios contra o parlamentar que surgiram a partir de delação de Carlos Alexandre de Souza Rocha, o Ceará, que atuava como entregador de dinheiro ao doleiro Alberto Youssef. Em depoimento, Ceará teria dito que foram repassados valores a Renan.

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

Uma nova era na Casa Civil de Richa

22 MAR 2016

O novo secretário-chefe da Casa Civil, deputado Valdir Rossoni, faz parte do cada vez mais raro grupo dos políticos sinceros: ele diz o que pensa e não se incomoda com o que pensam sobre o que ele pensa ou faz. Nesta segunda-feira (21), ao tomar posse no cargo em substituição a Eduardo Sciarra, deu mais uma demonstração deste seu atributo de temperamento.

No discurso perante o governador e convidados à solenidade no Palácio Iguaçu, Rossoni revelou que, em recente encontro com cerca de meia centena de deputados federais, em Brasília, disse que no Paraná só existiam dois casos de corrupção — os investigados pelas operações Publicano (sobre desvios na Receita Estadual) e Quadro Negro (que surrupiou verbas da secretaria e do ministério da Educação). Os parlamentares que o ouviam ficaram espantados, pois, segundo Rossoni, alguns informaram que em seus estados havia 20, 30 casos de corrupção. Numa tradução livre do que disse o ex-presidente da Assembleia Legislativa, o Paraná, comparativamente a outros estados, é “meio virgem” em matéria de corrupção. São “só” dois casos conhecidos, ambos investigados não só pelo Gaeco, mas também pelo próprio governo estadual. A sinceridade de Rossoni deve ter ofendido, por exemplo, o atual presidente da Assembleia, Ademar Traiano, presente à solenidade, um dos indiciados no inquérito do Gaeco sobre a Operação Quadro Negro, enviado pelo Gaeco à tutela da Procuradoria Geral da República (PGR).

É possível que o governador também tenha ficado chateado com o discurso do seu novo chefe da Casa Civil, pois na Operação Publicano estão envolvidos alguns de seus mais diletos amigos, dentre os quais o co-piloto Marcio Lima e o primo distante Luiz Abi. Segundo o principal delator que prestou depoimentos ao Ministério Público e a Justiça, fis-

cais da Receita eram orientados a direcionar parte das propinas que recebiam para financiar a campanha de reeleição de Richa ao governo, em 2014.

Em razão do seu temperamento severo, Rossoni fez inimigos pelo rigor moral que imprimiu durante seus quatro anos como presidente da Assembleia Legislativa. Se agir da mesma maneira agora como chefe da Casa Civil, não é improvável que outros casos se somem à Publicano e à Quadro Negro.

REPÚBLICA

REPÚBLICA 1

A “República de Curitiba”, chefiada pelo juiz federal Sérgio Moro, às vezes estende seus domínios para o âmbito estadual e instala gabinete no prédio do Tribunal de Justiça. Dia destes, por exemplo, descobriu-se que o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel (o Bibinho), deixava a sala especial da Polícia Militar onde era mantido preso para sair por aí sem prévia autorização judicial. Bastava o conhecimento do comandante da guarnição. Quando soube da esdrúxula liberalidade, o juiz estadual da República de Curitiba mandou transferir o réu para um complexo penal — decisão depois revogada pelo STJ.

REPÚBLICA 2

A República instalada na 4ª Câmara Criminal do TJ também descobriu outra coisa interessante relacionada a Bibinho: como está com seus bens indisponíveis, incluindo o representado por uma fazenda em Goiás, arrendada para

terceiro, o ex-diretor da Assembleia mandava que o arrendatário depositasse os valores relativos ao arrendamento na conta pessoal do seu advogado, Eurolino Reis. Veio a dúvida se os valores ficavam com o advogado a título de honorários ou se eram repassados ao “cliente”, o que, neste caso, poderia configurar “lavagem de dinheiro” e/ou atuação imprópria do advogado.

REPÚBLICA 3

Inconformado, Eurolino recorreu à OAB, que impetrou habeas corpus para livrá-lo da condição de réu no processo-crime proposto pelo Ministério Público, tentando provar, no tribunal, que o dinheiro se referia mesmo a honorários. Compete a três desembargadores da Câmara julgar o habeas. Um deles (o relator) já votou contrário à concessão; o segundo pediu vistas, sintoma de que poderá votar a favor, dadas as relações de amizade com um dos sócios de Eurolino e também envolvido na mesma denúncia; ao terceiro, caberá o desempate.

22 MAR 2016

GAZETA DO POVO

falecimento

José Wanderlei Resende, 78
anos. Profissão: desembargador.

Filiação: Agenor Lopes de Resen-
de e Lúcia Miranda de Resende.
Sepultamento ontem.

22 MAR 2016

METRO

Osmar Bertoldi

1º habeas corpus

A defesa do ex-deputado Osmar Bertoldi entrou com um pedido de habeas corpus em favor de seu cliente no Tribunal de Justiça do Paraná. Segundo o autor, o advogado Cláudio Dalledone, mesmo que o pedido obtenha sucesso Bertoldi continuará preso, já que há duas prisões preventivas contra ele. O político é primeiro suplente na Câmara dos Deputados e, se for solto, tem chances de assumir o cargo de deputado federal.

TRIBUNA DO PARANÁ

Decisão depois da Páscoa

Mesmo diante da crise pela qual passa o País, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) vão tirar um feriado de Páscoa prolongado (de quarta a domingo) e só retomam os julgamentos em plenário no dia 30. Isso quer dizer que a situação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve ficar sem uma definição pelo menos até a próxima semana.

22 MAR 2016

Na sexta-feira, o ministro Gilmar Mendes suspendeu a posse de Lula como chefe da Casa Civil e determinou que as investigações do ex-presidente ficassem a cargo do juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância. O governo recorreu e pediu pra que o caso fosse levado ao plenário da Corte, pra que fossem apreciadas ações sobre o mesmo tema que estão com o ministro Teori Zavascki.

A defesa de Lula também impetrou um habeas corpus para suspender a decisão de Gilmar. O caso foi distribuído ao ministro Luiz Edson Fachin, que se declarou impedido por ser padrinho da filha de um advogado signatário. Mas ele negou um pedido de habeas corpus não formulado pelos advogados de Lula. Este será analisado pela ministra Rosa Weber. No STF, é muito difícil um ministro derrubar a decisão de outro por meio de um instrumento como esse.

Questionado se com a sua decisão, existe algum impedimento legal pra uma eventual detenção do ex-presidente petista, o ministro Gilmar Mendes disse que, em tese não há. "Nem estava preocupado com essa questão", disse o ministro, citando que na conversa de Lula com Dilma, das interceptações telefônicas liberadas por Moro, ficou claro que a nomeação era pra deixá-lo sob o foro privilegiado do STF.